

Sobre a nova ortografia levanta-se novo acesso febril. Um grupo de algumas escassas dezenas de sujeitos, armados numa certa elite portuguesa dona universal da Língua Portuguesa, e que ainda por cima não se envergonha da companhia que leva atrás, não para de lutar contra o interesse nacional e contra o interesse da Língua Portuguesa no mundo. As contas são boas de fazer. Somos 240 milhões de falantes e escreventes da Língua. Mas só os brasileiros são quase 200 milhões. Quer dizer, o Brasil representa, pelo menos, 3/4 da Língua, nós e os restantes, no máximo 1/4 (e deste 1/4, como é sabido, nem todos são bem-bem lusofalantes e muito menos bem-bem lusoescriventes). É bom de ver que, no caso de não harmonizarmos as nossas normas escritas, se não houver uma norma comum, sempre que a nível internacional se tenha de escrever em Língua Portuguesa a norma utilizada será a brasileira. Isso já se verifica um pouco por todo o lado e até em documentos da própria União Europeia. Como é bom de ver, o Brasil não precisa de nós para nada. Manda até professores de Português para a África lusófona e para Timor Leste. Nós é que precisamos que o Brasil adira a um Acordo conosco. Caso contrário, ficaremos dependentes da norma brasileira. E é muito bem feito.

Mas a insensibilidade (para não lhe chamar outra coisa) de certa elite portuguesa, que não tem vergonha do séquito que leva atrás, não chega lá. Prefere ser autocontemplativa, auto-suficiente e pequenina. E pior: ela já não argumenta, já não dá razões. Diz que a nova ortografia é "desconchavada", "pessimamente fundada" e "inútil". Isto apesar do número de empresas, serviços, organismos públicos e privados e órgãos de Comunicação Social que a usam sem qualquer problema ou dificuldade. Mas essa espécie de elite é assim: decreta e já está. É politicamente correta, insensível (para não lhe chamar outra coisa) e gravemente danosa para o País e para a Língua Portuguesa.

Recentemente, vem essa elite com o "argumento" de que a nova ortografia é um mero ato de política. Ora, pois claro que é. A reforma de 1911 também o foi. por sinal, um erro colossal, por ter modernizado a escrita sem ter consultado o Brasil, criando assim, do pé para a mão, duas normas para a mesma Língua. A nova ortografia é, de facto, uma realização de natureza política. Uma realização maior de uma política da Língua.

E esta é, possivelmente, a última oportunidade de estabelecermos a harmonização das normas da Língua. Se a perdermos, seremos os "luxemburgueses" da Língua: defendeu-se o quintal, o dialeto, perdeu-se o mundo.

José Cunha-Oliveira
Médico
Coimbra
